



CARTA AS/AOS LEITORAS/ES

Helion **PÓVOA NETO**

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (URJ)

Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM)

helionpovoaneto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7626-7217>

A migração, como processo que envolve a tomada de decisões quanto a deslocamentos, mudança de domicílio, e integração em outra sociedade que não a de nascimento, abarca frequentemente grupos familiares, e nestes o mais comum é que as crianças e adolescentes não sejam os que lideram o processo, e sim necessitem se adaptar a ele. Por esse motivo, a migração, mesmo quando feita em condições relativamente pacíficas, representa uma mudança social que afeta e marca profundamente crianças e adolescentes migrantes.

Por outro lado, o processo migratório afeta diversas gerações, para além das que tomam decisões e se envolvem nos procedimentos necessários. Assim, tanto os mais idosos quanto (com destaque nos textos deste dossiê) as de menor idade merecem atenção dos estudiosos do tema da migração.

É bastante comum que as gerações mais jovens, mesmo não decidindo migrar, sejam objeto da preocupação dos adultos que se deslocam. Isso pode acontecer, primeiramente, com a ausência dos genitores face aos que permanecem no lugar do nascimento. É muitas vezes “em nome” de proporcionar melhores condições para o sustento infantil que pais e mães migram, afastando-se dos filhos, delegando a tarefa da sua criação e cuidados a outros parentes, sejam eles avós, irmãos mais velhos, tios, e outros parentes ou amigos. Parece evidente que a ausência (ou distância física) materna e/ou paterna representa um evento significativo no período da vida de crianças

que precisam aprender a lidar com a falta de quem representava, para eles, uma referência fundamental. No entanto, as remessas, presentes e outros cuidados, providenciados com muito esforço e dor à distância, jamais substituem a presença física e a atenção de perto.

Mas adolescentes e crianças podem ocupar um lugar importante no projeto migratório também no caso em que acompanham os pais, tanto desde o primeiro momento, quanto numa etapa posterior do processo. Sendo muitas vezes encaradas como “menos radicadas” nos lugares de origem devido a sua menor idade, é comum a avaliação de que serão mais facilmente adaptáveis ou assimiláveis às sociedades de destino. Surge assim a questão de como se adaptam aos processos de aprendizado de novos idiomas, de inserção em novos contextos escolares, de aquisição de novas relações de amizade. Mesmo quando essas condições são relativamente bem sucedidas (o que nem sempre ocorre), recai sobre a criança, por vezes, o peso de representar, para os pais, o papel de mediador ou de facilitador nos processos de integração social. Processos tais como os de promoção da saúde da família são inclusive, muitas vezes, pensados especificamente a partir das crianças.

No que tange à inserção laboral, o trabalho infantil é muitas vezes central à manutenção ou integração das famílias. Ainda que os genitores tenham o cuidado devido de não expor as crianças e adolescentes a desgaste excessivo, e mesmo à exploração, pesa sobre elas muitas vezes a responsabilidade de representar o “investimento para o futuro”, a justificativa central para o esforço de manutenção da família na nova sociedade.

Como a migração nunca é um processo que se completa, imediatamente, na sociedade de acolhida, a representação do sujeito jovem ou infantil como imigrante, estrangeiro, outsider, costuma ultrapassar facilmente os primeiros anos de estabelecimento, e a classificação pode permanecer ao longo das gerações. Assim, uma criança já nascida na sociedade que recebeu os pais imigrantes pode continuar sendo associada ao lugar ou país de origem deles e marcada por um sinal de diferença, de alteridade, que funciona, nos casos mais difíceis, como um estigma.

Numa perspectiva do desenvolvimento pessoal desses sujeitos, constrangidos a migrar quando muito jovens, crescendo com a marca da “estrangeiridade”, ou mesmo sendo nascidos na sociedade de acolhida e gozando de direitos de nacionalidade (em determinados casos), a migração representará sempre um signo de distinção que permanecerá, provavelmente, por toda a vida. É muito comum que a lembrança, pelo adulto, da infância como imigrante, se torne constitutiva da personalidade e das

relações sociais que moldarão a sua vida. O próprio aprendizado do novo idioma, bem como a assimilação da nova cultura, pode inclusive acontecer de forma muito incompleta e fragmentária, principalmente se ocorre em guetos, bairros étnicos ou comunidades religiosas relativamente protegidas.

Todas essas questões estão presentes mesmo nos casos de migração em que as decisões são tomadas de forma minimamente autônoma, na família ou na comunidade. Quando não ocorrem incidentes ligados à violência tanto na partida, quanto durante a travessia e ainda por ocasião da chegada à sociedade de acolhida. Todavia, as situações em que esses requisitos são atendidos nem sempre são as predominantes. Assim, não é incomum que, à marca do deslocamento migratório propriamente dito, somem-se ainda outras dificuldades, que tornarão ainda mais problemática a situação da criança migrante.

Nos casos de deslocamento forçado pela violência generalizada, privação de direitos, guerras e perseguições étnicas, o processo migratório será evidentemente acrescido de uma característica que pode acarretar, nas crianças, temores, sentimentos de perseguição e mesmo traumas que muito dificultarão tanto o processo educativo quanto o desenvolvimento de uma vida social saudável na sociedade nova.

Casos ainda mais extremos que os dos deslocamentos forçados são, evidentemente, os das migrações de crianças desacompanhadas, ocasionadas pela fuga, pelo abandono ou pela assunção de uma responsabilidade, mesmo na infância, de sustento de uma família. A solidão ou a negação de direitos, nesses casos, tende a tornar o processo migratório ainda mais traumático e exposto a riscos diversos, como a exploração sexual e laboral.

Saindo desses casos, infelizmente cada vez mais habituais, cabe reiterar que, nas sociedades de imigração, deveria haver sempre uma preocupação especial com os de faixa etária mais baixa, em sua socialização, no aprendizado do idioma, na inserção no ambiente escolar, no estabelecimento de relações de companheirismo que permitam a construção de uma mínima estabilidade. Seja na construção do futuro lar, do lugar do crescimento em segurança, seja na substituição da casa que ficou para trás, perdida ao longo do processo migratório.

As identidades sociais construídas ao longo de tal processo jamais serão isentas, quer da herança do lugar de origem da criança (ou dos pais), quer das relações de estranhamento, de estrangeiridade, que acompanharão aquele ser social em desenvolvimento. Nunca se sentirá ou será visto como "naturalmente daqui", quase sempre será o "vindo de fora", convivendo com as marcas da presença e da ausência.

Crescer e se educar como imigrante é um desafio para o jovem sujeito que se vê nesta situação, mas também para seus pais, para seus educadores, para a sociedade que o recebe.

NOTAS

CARTA AO LEITOR

Helion Póvoa Neto

Doutor em Geografia Humana
Universidade de São Paulo - USP
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR
Universidade Federal do Rio de Janeiro - URJ
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios - NIEM
helionpovoaneto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7626-7217>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: H. P. Neto

Coleta de dados: H. P. Neto

Análise de dados: H. P. Neto

Discussão dos resultados: J H. P. Neto

Revisão e aprovação: H. P. Neto

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de

responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista
Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista
Recebido em: 24-10-2020 – Aprovado em: 29-10-2020